



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000055231

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1032474-14.2023.8.26.0224/50001, da Comarca de Guarulhos, em que é embargante BANCO BS2 S/A, são embargados BEATRIZ MONTEIRO GICHET LTDA e BEATRIZ MONTEIRO GICHET.

ACORDAM, em sessão virtual do Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma I (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Rejeitaram os embargos. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores SOUZA NERY (Presidente sem voto), REGINA APARECIDA CARO GONÇALVES E ALEXANDRE COELHO.

São Paulo, 28 de janeiro de 2025.

M.A. BARBOSA DE FREITAS

RELATOR

Assinatura Eletrônica

NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 EM SEGUNDO GRAU
1ª TURMA

Processo nº 1032474-14.2023.8.26.0224/50001 (Voto nº 5236)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO CORRÉU BANCO BS2 – OMISSÃO E OBSCURIDADE – INOCORRÊNCIA – Acórdão combatido que não apresenta vício a justificar o acolhimento dos embargos – Propósito de modificação do julgado – Inviabilidade – Temática ventilada pela parte embargante que fora expressamente apreciada no v. acórdão – Nítido inconformismo quanto ao entendimento do Colegiado – ACÓRDÃO MANTIDO – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

APRESENTO MEU VOTO

Trata-se de **embargos de declaração** interpostos pelo corréu **Banco BS2 S/A**, contra o v. acórdão proferido por esta 1ª Turma do Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau nas fls. 220/226, dos autos principais.

Em que pese as razões expostas, **os embargos de declaração não comportam guarida**, na medida em que, à luz do artigo 1.022, do Código de Processo Civil, **inexiste omissão ou obscuridade de qualquer natureza**.

Como é cediço, o **direito de recurso é sagrado** – corolário do princípio do duplo grau de jurisdição; contudo, deve ser exercido como meio de reformar ou anular decisões, se o caso, **não como forma de compelir o julgador a acatar tese que melhor atende aos interesses da parte**.

Nas palavras do saudoso mestre de todos nós, o insigne magistrado José Frederico Marques, em seu “*Manual de Direito Processual Civil*”, vol. III, recentemente atualizado pelo também magistrado paulista Wilson Rodrigues Alves, **“o que, porém, não se admite,**

é que se inove além dos limites da simples declaração, para, indevidamente, se corrigirem 'erros in iudicando' ou 'in procedendo', como se o recurso fosse de embargos infringentes" (grifei).

No caso *sub judice*, apenas anoto que **não há que falar em omissão ou obscuridade**, mas, sim, em evidente intento da parte embargante em **rediscutir as premissas e conclusões desta Turma**, fazendo **inadequado uso** dos embargos declaratórios **sem nenhum estofo integrativo**, à margem das hipóteses legais de cabimento.

Vale destacar que a própria parte dispositiva do V. Acórdão embargado já deixa claro que **não se aplicou o artigo 1.005, do Código de Processo Civil** (vide fls. 226, dos autos principais), tendo em vista que os interesses do **corrêu apelante (Banco C6) não coincidem com os da parte embargante (Banco BS2)**.

Tanto assim o é que, mantendo-se a solidariedade, **limitou-se "o dano material a ser reparado pelo Banco C6" somente** (fls. 226, dos autos principais).

Tal **conclusão foi reforçada** pelo veredito proferido junto aos embargos de declaração objeto do incidente nº 50000, que, muito embora tenha sido rejeitado, **pontuou-se novamente a limitação acima unicamente a respeito do corrêu Banco C6** (vide fls. 10, do incidente citado).

Além disso, o órgão julgador **não está obrigado** a se manifestar sobre todos os fundamentos lançados pela parte embargante, obviamente quando um deles já for o suficiente para embasar o acolhimento ou rejeição dos pedidos.

Nesse sentido já se pronunciou reiteradamente a Corte Cidadã:

"[...] II - Conforme entendimento pacífico desta Corte, "o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão". A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 confirma a jurisprudência já sedimentada pelo Superior Tribunal de Justiça, "sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar

a conclusão adotada na decisão recorrida". EDcl no MS n. 21.315/DF, relatora Ministra Diva Malerbi (Desembargadora convocada TRF 3ª Região), Primeira Seção, julgado em 8/6/2016, DJe 15/6/2016. [...]" (AgInt no AREsp n. 2.490.067/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 10/6/2024, DJe de 12/6/2024.)

Nessa senda, tem-se que as questões trazidas pela parte embargante a pretexto de apontar vício no julgamento objetivam atribuir **efeito exclusivamente infringente** aos embargos, **conduta inadmissível** por caracterizar evidente **desvio de função da espécie recursal**.

Por fim, registro que se a parte embargante entende que o litígio não foi bem pacificado, **o recurso cabível é outro**, não os embargos de declaração.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO aos embargos de declaração**, persistindo, assim, o acórdão embargado tal como fora lançado.

P. I. C.

São Paulo, 28 de janeiro de 2025.

M.A. Barbosa de Freitas
RELATOR